



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinete@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



RESPOSTA A RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: VR-02.051-00003554/2024

Pregão: 90010/2025

Objeto: O objeto da presente licitação é **para contratação de serviços de manutenção corretiva continuada de instrumentais cirúrgicos gerais e de videocirurgia**, para suprir as necessidades do Centro Cirúrgico do Serviço Autônomo Hospitalar/Hospital São João Batista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I – DOS FATOS:

Conforme sessão realizada dia 11 de Fevereiro de 2025 às 09:00 junto a Plataforma ComprasNet, Portal de Compras do Governo Federal conduzida por esta Pregoeira em conformidade com a lei nº **14.133**, de 1º de abril de 2021 visando realizar certame com o objetivo de contratar empresa especializada **para contratação de serviços de manutenção corretiva continuada de instrumentais cirúrgicos gerais e de videocirurgia**, para suprir as necessidades do Centro Cirúrgico do Serviço Autônomo Hospitalar/Hospital São João Batista, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Para atender as necessidades do HSJB/SAH, abriu a sessão pública conforme as disposições contidas no edital iniciando pela etapa de lances dos interessados.

II – DAS INTERPOSIÇÕES DE RECURSOS:

Aberto prazo para registro da intenção de recurso, foi apresentado recurso manejado pela empresa: MEDICAL VENETUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-EPP, CNPJ 13.302.865/0001-54, com fulcro nas alíneas “b” e “c”, do inciso I, do Art. 165, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e item nº 13 do Edital (Dos recursos) CONTRA ACEITAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE OUTREM.

A recorrente MEDICAL VENETUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI-EPP, descreve esses pontos a serem reavaliados:

- De acordo com o subitem nº 1.3 do Anexo I – Termo de Referência (página nº 71) do Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que: “1.3 – Ratificamos que a Aquisição ocorrerá, com base Menor Preço Global por Lote de acordo com a necessidades do SAH/HSJB, entretanto, a Proponente deverá apresentar e preencher seus Preços Unitários e Totais, para cada item.” [nosso grifo]. Ocorre que a empresa arrematante do Lote, anexou em 11/02/2025 12:56:44 (pregao90010.zip), arquivo de Proposta de Preços totalmente em desacordo com esta exigência editalícia.
- Ver modelo da proposta que foi anexada na página 03.
- Depois, em 11/02/2025 13:40:14, a empresa anexou novo arquivo (habilitacao90010.zip), e dentro deste nova Proposta de Preços, ainda totalmente em desacordo com o subitem nº 1.3 do Anexo I – Termo de Referência (página nº 71) do Edital: Ver modelo da proposta que foi anexada na página 04, corrigiu o valor total da proposta.
- Foi feita convocação para o NOVO anexo: “Mensagem do Pregoeiro Item G1 Sr. Fornecedor BONFIM & ARRUDA LTDA, CNPJ 10.745.072/0001-11, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 11:53:00 do dia 12/02/2025. Justificativa: Anexos.. Enviada em 12/02/2025 às 09:52:26h” [grifamos].
- Esta terceira Proposta anexada ao portal, nem pode-se ser considerada como Proposta, pois não apresenta informações básicas solicitadas no modelo do Anexo 2 do Edital.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



- Entende-se que os modelos são facultativos, porém caso haja documento próprio, a empresa deve se certificar que haja todas as informações exigidas nos modelos dos Editais (anexos de declarações, propostas, etc). Na nova Proposta, a empresa não menciona dados como: validade da proposta, prazo pagamento, dados bancários, declaração de preços, etc.
- Não bastasse tamanha falta de atenção na avaliação e condução da análise da Proposta, houve ainda desrespeito ao bom andamento do certame e para com os demais licitantes, pois na análise da habilitação da empresa também percebe se vista grossa quanto à falta de diversos documentos ou comprovações exigidas no Edital.
- Em relação ao SICAF, o Edital deixa claro: “10.9- A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.” [nosso grifo]; “10.11.1- Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.” [nosso grifo];
- O Edital ainda aponta as vedações de apresentação de novos documentos e atos da Comissão de Contatação: “10.13- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º): 10.13.1- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 10.13.2- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas. [nosso grifo];
- “10.14- Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.” [nosso grifo].
- “10.15- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.1.” [nosso grifo].

III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja:

Anulada a decisão em apreço, nas partes atacadas neste, declarando-se a empresa BONFIM & ARRUDA LTDA., desclassificada e inabilitada para prosseguir no pleito;

Examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação/Contratação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informando à Autoridade Superior Competente, em conformidade com o §2º, do Art. 165, da Lei nº



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



14.133, de 1º de abril de 2021, observando-se ainda o disposto no §3º do mesmo artigo.

Nestes Termos

P. Deferimento.

Maceió - AL, 13 de fevereiro de 2025.

RAFAEL CORREIA DA SILVA CARVALHO:34534770812

Empresa: Medical Venetus Comércio de Produtos Hospitalares EIRELI - EPP CNPJ:

13.302.865/0001-54 Nome do Representante: Rafael Correia da Silva Carvalho RG nº 29.222.649-4 –

SSP/SP CPF nº 345.347.708-12 Diretor Geral

IV – DAS CONTRA RAZÕES

Não é necessário se alongar sobre a resposta a esse questionamento, TODOS os documentos questionados estão anexados no Sicaf e como a empresa Medical mesmo alega “ “10.9- A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.” [Nosso grifo];

Quanto a proposta realmente houve erro de digitação e foi de imediato preparado a proposta com o valor correto conforme é permitido conforme:

A vedação à inclusão de novo documento, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser avaliado pelo pregoeiro (Acórdão 1211/2021 - Plenário TCU).

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Além desse argumento ainda reza o edital que todos os documentos contemplados no Sicaf não é necessário a apresentação.

DA SOLICITAÇÃO:

1. Dado o julgamento exato que foi deferido por essa nobre Pregoeiro, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa Administração considere como indeferido o recurso da MEDICAL VENETUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP.

2. Não obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito da recorrente no que tange à desclassificação da RECORRIDA, tendo em vista que tal pedido não encontra qualquer respaldo legal ou apoio do diploma editalício.

3. E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo esta contrarrazão, a qual certamente será deferida, evitando assim, maiores transtornos.

V - DA ANÁLISE

Por questões lógicas e temporais, esta pregoeira primeiro esclarecerá que todos os atos administrativos, até então, foram balisados em observância aos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, e que qualquer recriminação contrária a isso trata-se de uma afronta a idoneidade dessa Administração.



SERVIÇO AUTÔNOMO HOSPITALAR

Hospital São João Batista

Rua Nossa Senhora das Graças, 235-Colina-Volta Redonda-RJ

CEP: 27253-610 – CNPJ: 29.063.294/0001-82 – Tel: (24) 3512-8300

e-mail: gabinetedirecao@hsjb.org.br – www.portalvr.com/hsjb



Válido lembrar que o edital traça as regras que permeiam e obrigam igualmente todos os licitantes não podendo a Administração Pública tratar distintamente um ou outro.

VI – DA CONCLUSÃO:

Diante dos fatos colocados pela empresa MEDICAL VENETUS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP, CNPJ: 13.302.865/0001-54, e por ser um recurso relacionado a cláusulas editalícias, ser oportuno e no mérito, decido por aceitar o recurso e ainda por encaminhar para que façam parte do referido processo a peça recursal, e a íntegra dessa decisão da qual a parte dispositiva colaciono no PORTALVR (www.portalvr.com)

Volta Redonda, 24 de Fevereiro de 2025

Sandra Pinto Barra
Pregoeira
HSJB/SAH